



CÂMARA MUNICIPAL DE SONORA

CNPJ Nº 24.659.161/0001-50

PORTARIA 13/2025

Ementa: “Nomeia Fiscal da ATA DE REGISTROS DE PREÇOS no âmbito desta Câmara Municipal de Sonora/MS, e dá outras providências”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SONORA/MS, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, **RESOLVE**:

Art. 1º Nomear a servidora **GISLAINE VIEIRA DE LIMA**, ocupante do Cargo Comissionado Diretor de Departamento, para fiscalizar a execução da **ATA DE REGISTROS DE PREÇOS nº 001/2024**, firmado em decorrência da homologação do Vereador Presidente, exarada em despacho constante no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2024, na modalidade de INEXIGIBILIDADE Nº 002/2024, OBJETO: é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO E SOCIAL NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SONORA/MS. CONTRATADA: CENTRO DE DIAGNÓSTICO BIOANÁLISES LTDA.**

Art. 2º Atribuições do Fiscal dos contratos administrativos:

I – Ler atentamente o Termo de Contrato e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

II – Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

III – Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação, em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

IV – Notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo);

V – Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS e MUNICIPAL);



CÂMARA MUNICIPAL DE SONORA

CNPJ Nº 24.659.161/0001-50

VI – Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que prescreve o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;

VII – Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.

VIII – Exercer outras atribuições exigidas pela legislação pertinente.

Art. 3º O Fiscal deve acompanhar os contratos e verificar rigorosamente as exigências expressas na Legislação em vigor, o objeto dos contratos firmados e os serviços realizados, conforme segue:

I - Receber as listagens de produtos ou serviços fornecidos pelo Gestor de Licitação;

II - Conferir no ato de entrega se todos os materiais correspondem com a lista recebida verificando: quantidade, unidade, volume, marca, preço, observando os prazos de validades apresentado na proposta de licitação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 001/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Sonora/MS, em 14 de fevereiro de 2025.

LAUDIR ABREU DA ROSA JUNIOR
VEREADOR PRESIDENTE

Ciente,

GISLAINE VIEIRA DE LIMA

DIRETOR DE DEPARTAMENTO